



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0001639-30.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SGP

ASSUNTO: Análise de minutas de acordos de cooperação a serem celebrados entre este Tribunal Regional Eleitoral e o Ministério da Economia (ME) no Estado de Rondônia e Advocacia Geral da União (AGU) – Biometria 2019.

PARECER JURÍDICO Nº 0457007 / 2019 - PRES/DG/AJDG

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado para formalização de parcerias, por meio de Acordo de Cooperação Técnica – ACT, entre este Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia/TRE/RO e entidades públicas, com objetivo de realizar revisão do eleitorado com coleta de dados biométricos no Estado de Rondônia.

02. Inicialmente, o Coordenador de Pessoal encaminhou os autos à Seção de Controle de Juízos Eleitorais – SJE para manifestação quanto à viabilidade técnica de convocação de servidores com experiência para a atividade específica de apoio à Biometria 2019, realizada por esta Justiça Eleitoral, conforme Certidão COPES [0425871](#).

03. Na Informação nº 3646 – PRES/DG/SGP/COPES/SJE ([0426838](#)), a chefe da SJE informou que realizou pesquisa doutrinária, jurisprudencial e legislativa e concluiu que o art. 15, da Resolução TSE nº 23.335/2011 prescreve sobre arrematamento de servidores públicos nas revisões de eleitorado de ofício por meio de requisição ordinária ou, após analisada a conveniência e a oportunidade, por via de outros instrumentos administrativos, previamente ratificados pelo TSE.

04. Além disso, sugeriu a utilização dos instrumentos viabilizados pelo TSE: requisição ordinária, extraordinária nos termos do disposto na Resolução TSE nº 23.523/2017 e Acordos de Cooperação, sendo este o mais rápido e prático para solução de complementação de mão de obra para a revisão do eleitoral em andamento no interior do Estado de Rondônia.

05. Após remessa da COPES ([0426909](#)), na qual sugere-se o impulsionamento do feito visando o estabelecimento tratativas com os órgãos de origem das servidoras Francisca Lopes da Silva, pertencente ao Ministério da Economia (ME) em Rondônia e Anaciza Alves Félix



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Fernandes, pertencente à Advocacia Geral da União, com intuito de reforçar a equipe de atendimento biométrico por meio de eventual ACT, a secretaria de Gestão de Pessoas anuiu totalmente com a proposição do coordenador da COPES descrita, sem ônus adicionais para as partes e aduziu que a requisição ordinária e extraordinária é inviável, devido à restrição contida do art. 10, da Resolução TSE nº 23.523/2017.

06. Remetidos os autos à apreciação superior, no Despacho nº 2882/2019 - PRES/DG/GABDG ([0430334](#)), a Diretora-Geral deliberou:

Considerando premente necessidade de complementação da força de trabalho na Biometria 2019; considerando que esta demanda requer solução célere e eficaz, bem como a inviabilidade de requisição ordinária e extraordinária das servidoras indicadas, **autorizo a que a SGP mantenha tratativas para o estabelecimento de Acordo de Cooperação com os órgãos de origem das servidoras Francisca Lopes da Silva e Anaciza Alves Félix Fernandes**, para disponibilização temporária das referidas servidoras nos trabalhos da revisão biométrica de 2019.

Fica a SGP autorizada a tratar com outros órgãos para a disponibilização de outros servidores experientes ao serviço de biometria através de acordo de cooperação.

07. Em seguida, a chefe da SJE sugeriu o envio de ofícios de solicitação das servidoras citadas para os órgãos envolvidos antes da formalização e assinatura do ACT, haja vista que a peculiaridade do procedimento do ACT, o adiantamento das tratativas informais entre as partes e a urgência em compor os postos de trabalho de biometria em vários municípios.

08. Após as negociações formais ([0433069](#), [0433108](#), [0433128](#), [0434176](#), [0434218](#) e [0434188](#)), o secretário de Gestão de Pessoas, em substituição, encaminhou os autos a DG para conhecimento e continuidade da instrução processual, oportunidade que informou que as minutas do ACTs estão prontas para análise jurídica e que as servidoras mencionadas já estão trabalhando na biometria, consoante GABSGP [0444682](#).

09. No Despacho nº 3902/2019 – PRES/DG/GABDG ([0446617](#)), a diretora-geral determinou que a Seção de Contratos – SECONT adequasse e padronizasse as minutas juntadas ([0444190](#) e [0444235](#)) para formalização do acordo e, posteriormente, remetesse para Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral – AJDG para análise, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

10. Assim sendo, após a elaboração das minutas pela SECONT ([0449126](#) e [0449264](#)), foi encaminhado os autos a esta Assessoria Jurídica para análise das referidas minutas ([0449390](#)). É o necessário relato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II – DA ANÁLISE JURÍDICA

11. A Lei nº 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, estabelece que as minutas de acordos da Administração Pública devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração, *in verbis*:

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

[...]

Parágrafo único. As **minutas** de editais de licitação, bem como as dos contratos, **acordos**, convênios ou ajustes **devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração**. (sem grifo no original)

12. Examinando as minutas dos acordos de cooperação quanto à forma, conteúdo e observância da legislação, conclui-se que estão adequadas e contemplam os fins a que se propõem.

13. Em relação à **forma**, embora tratar-se de acordo de cooperação, cuja elaboração não exige maior rigor formal quando **não envolve responsabilidade de natureza econômico-financeira**, as minutas anexas estão alinhadas, no que for compatível, com as disposições do art. 55 e seguintes da Lei nº 8.666/93, que estabelece as cláusulas mínimas dos contratos administrativos, em especial:

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos;

II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

(...)

VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;

VIII - os casos de rescisão;

(...)

2º Nos contratos celebrados pela Administração Pública com pessoas físicas ou jurídicas, inclusive aquelas domiciliadas no estrangeiro, deverá constar necessariamente **cláusula que declare competente o foro da sede da Administração para dirimir qualquer questão contratual**, salvo o disposto no § 6º do art. 32 desta Lei.

(...) (sem grifo no original)

14. Outro aspecto importante a se observar, é quanto à retroatividade das vigências de ambas as minutas juntadas. Neste ponto é importante esclarecer que, apesar de sua natureza contratual, **convênios não**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

são contratos administrativos, compreendendo relações jurídicas distintas com característica próprias. Veja-se:

O convênio não constitui modalidade de contrato, embora seja um dos instrumentos de que o Poder Público se utiliza para associar-se com outras entidades públicas ou com entidades privadas.

Define-se o convênio como forma de ajuste entre o Poder Público e entidades públicas ou privadas para realização de objetos de interesse comum, mediante **mútua colaboração**.

O convênio tem em comum com o contrato o fato de ser um acordo de vontades. Mas é um acordo de vontades com características próprias. Isso resulta da própria Lei nº 8.666/93, quando, no art. 116, caput, determina que suas normas se aplicam aos convênios “no que couber”. **Se os convênios tivessem natureza contratual, não haveria necessidade desta norma, porque a aplicação da Lei já decorreria dos artigos 1º e 2º.** (Di Pietro, 2017, p. 389)¹ (sem grifo no original)

15. Nesse sentido, entende-se que não são aplicados aos ajustes, ora em análise: a) nulidade de contrato verbal prevista no art. 60, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, e b) obrigatoriedade da existência de documento escrito anterior ao início da execução do objeto, inferida da leitura conjunta dispositivo legal citado e do art. 62.

16. Essa conclusão encontra respaldo na manifestação do Ministro do Tribunal de Contas da União, Benjamin Zymler, feita em seminário sobre licitações e contratos realizado pela Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça, em 26 de outubro de 2006, *in verbis*:

Questão 5

Convênio de cooperação técnica entre órgãos públicos, que não envolve repasse de recursos, pode ter vigência por prazo indeterminado, face ao contido nos artigos 57, § 3º, e 116, caput, da Lei nº 8.666/1993? Gentileza contemplar, na resposta, os convênios de cooperação técnica entre órgãos públicos celebrados antes da vigência da Lei nº 8.666/1993, mais precisamente, em 1990.

"São denominados convênios as avenças que são celebradas visando à consecução de objetivos comuns. Dentro desse gênero, há duas espécies principais: os convênios de cooperação técnica e aqueles celebrados visando à execução descentralizada de programas governamentais. No caso do convênio de cooperação técnica, não existem as transferências voluntárias de recursos financeiros que caracterizam a segunda espécie de convênios. Ressalto que as Instruções Normativas da STN fazem menção expressa apenas aos convênios vocacionados para a transferência de recursos financeiros. **Os dispositivos da Lei nº 8.666/1993, em especial, seu art. 116, aplicam-se apenas aos convênios direcionados à transferência de recursos financeiros. Assim sendo, entendo que aos convênios de cooperação técnica não se aplicam os prazos de vigência contratual fixados no art. 57 da Lei de Licitações e Contratos.** O art. 82 do Decreto-Lei nº 2.300/1986 estipulava que as disposições contidas nesse normativo aplicavam-se aos convênios. Esse normativo também não se aplica aos convênios de cooperação técnica. Afinal, a Lei de Licitações e o Decreto-Lei nº 2.300/1986 fixaram limites para a vigência dos convênios com fulcro no Direito Financeiro, especialmente no conceito de exercício orçamentário. Esses conceitos não se aplicam aos convênios em tela, que não se prestam a transferências financeiras"². (sem grifo no original)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

17. Nesta citação, a despeito de o tema ser o prazo de vigência indeterminado nos convênios, infere-se de sua leitura que a Lei de Licitação e Contratos deve ser aplicada aos acordos de cooperação sem repasses financeiros de forma cautelosa, apenas no que for compatível a sua natureza específica. Este instrumento deve contemplar os elementos necessários a sua consecução, tais como: descrição do objeto, responsabilidade dos partícipes, forma de execução, recursos humanos e financeiros (quando for o caso), alterações, vigência, rescisão e o foro.

18. Além disso, verifica-se nos autos que a Administração decidiu iniciar a execução do referido convênio antes de sua formalização, levando em consideração a conveniência e oportunidade, pois não havia tempo hábil entre o início da revisão biométrica marcada previamente e os procedimentos administrativos necessários para a instrumentalização desta cooperação mútua já definida, conforme se verifica nos eventos 0433108, 0433128, 0434176 e 0433128.

19. Por outro lado, alerta-se que tal prática não se torne habitual, uma vez que a Administração Pública deve observar o princípio do formalismo moderado que consiste na necessidade de ritos e formas necessária a realização de um ato administrativo.

20. Deste modo, considerando que não há obrigações recíprocas de natureza econômico-financeira entre as partes, é possível concluir que as minutas sob análise também atendem, no que for compatível, as disposições do art. 116 e seguintes da Lei nº 8.666/93, que estabelece regras específicas para os acordos firmados pela Administração Pública.

21. Acerca do conteúdo, as minutas contemplam o objeto dos ajustes, estabelecendo as regras necessárias para sua execução conforme o fim proposto de conjugação de esforços objetivando o recadastramento biométrico do eleitorado do município do interior do Estado de Rondônia (Alta Floresta do Oeste, Alvorada do Oeste, Costa Marques, Governador Jorge Teixeira, Jarú, Mirante da Serra, Nova Brasilândia do Oeste, Nova União, Ouro Preto do Oeste, São Francisco do Guaporé, São Miguel do Guaporé, Seringueiras, Teixeirópolis, Theobroma, Urupá e Vale do Paraíso).

22. Com relação aos órgãos envolvidos, destaca-se que o cerne das suas atribuições encontra descrito na Cláusula Terceira das minutas juntadas (0449126 e 0449364).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

23. Por outro lado, as principais atribuições da Justiça Eleitoral presentes nos documentos sob exame, são a disponibilização de servidores capacitados para realização dos trabalhos de revisão do eleitorado e disponibilização de kit's biométricos para realização dos trabalhos de revisão do eleitorado (Cláusula Segunda). Os demais compromissos são operacionais e decorrentes da natureza dos serviços da revisão biométrica.

24. Com relação à **legislação específica**, a realização de parcerias pela Justiça Eleitoral com entes da Administração Pública tem previsão expressa na Lei nº 7.444/1985, que dispõe sobre a implantação do processamento eletrônico de dados no alistamento eleitoral e a revisão do eleitorado, estando regulada, ainda, pela Resolução TSE nº 23.440/2015 (com alteração no seu artigo 12 pelo artigo 4º da Resolução TSE nº 23.518/2017), que disciplina os procedimentos para a realização da atualização ordinária do cadastro eleitoral, com a implementação de nova sistemática de identificação do eleitor, mediante incorporação de dados biométricos e por meio de revisões de eleitorado de ofício, em municípios previamente selecionados pelos tribunais regionais eleitorais, veja-se:

Resolução TSE nº 23.518/2017:

Art. 4º - O [art. 12 da Resolução-TSE nº 23.440](#), de 19 de março de 2015, passa a vigorar com nova redação do caput e acrescido dos §§ 2º e 3º, alterando-se o atual parágrafo único para § 1º, nos seguintes termos:

Resolução TSE nº 23.440/2015:

[Art. 12.](#) As atividades relacionadas com a atualização do cadastro eleitoral mediante incorporação de dados biométricos, nos serviços ordinários ou de revisão, deverão ser supervisionadas por servidor do quadro de pessoal da Justiça Eleitoral, ou ainda por servidor requisitado ordinariamente ou em caráter extraordinário, cabendo aos tribunais regionais eleitorais examinar a conveniência e oportunidade de aplicação de outros instrumentos administrativos, inclusive os de contratação de pessoal de apoio administrativo, dado o caráter excepcional e temporário desses serviços, voltados à complementação das equipes de trabalho atuantes nas referidas atividades, considerando o grande volume de coletas biométricas a ser alcançado até o fechamento do cadastro eleitoral.

§ 1º Os convênios, acordos e/ou contratos de que trata este artigo deverão ser firmados com fundamento no [parágrafo único do art. 72](#) e no [inciso III do art. 92](#), ambos da Lei nº 7.444/1985. (sem grifo no original)

§ 2º Na hipótese de contratação de pessoal de apoio administrativo para as atividades descritas no caput, será concedido o perfil apoio administrativo para acesso ao sistema ELO pelos profissionais alocados nos contratos celebrados.

§ 3º As funcionalidades do perfil apoio administrativo de que trata o § 2º serão definidas por provimento da Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral.

Lei nº 7.444/1985:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Art. 7º - A Justiça Eleitoral executará os serviços previstos nesta Lei, atendidas as condições e peculiaridades locais, diretamente ou mediante convênio ou contrato.

Parágrafo único - Os convênios ou contratos de que cuida este artigo somente poderão ser ajustados com entidades da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou com empresas cujo capital seja exclusivamente nacional. (sem grifo no original)

Art. 9º O Tribunal Superior Eleitoral baixará as instruções necessárias à execução desta Lei, especialmente, para definir:

(...)

III - as condições gerais para a execução direta ou mediante convênio ou contrato, dos serviços de alistamento, revisão do eleitorado, conferência e atualização dos registros eleitorais, inclusive de coleta de informações e transporte de documentos eleitorais, quando necessário, das Zonas Eleitorais até os Centros de Processamento de Dados;

(...)

25. Nesses termos, verifica-se que as parcerias buscadas por meio dos Acordos de Cooperação que se pretende firmar com os órgãos em questão, encontram-se em conformidade com a **Lei nº 7.444/85, Resolução TSE nº 23.440/2015**, como também com os parâmetros normativos da **Lei nº 8.666/93**, verificando-se, por fim, que os partícipes do ajuste encontram-se no exercício legítimo de suas autonomias administrativas, que no caso estão claramente dirigidas para a realização de seus desideratos legais.

III – DA CONCLUSÃO

26. Diante do exposto, para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos e condições das minutas dos ACT juntados a este procedimento (0449126 e [0449364](#)), estando os instrumentos aptos a normatizar os ajustes propostos.

27. Por fim, registra-se que esta unidade jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos dos instrumentos de acordo, conforme pedido a ela submetido, já que inábil regimentalmente para pronunciar-se acerca de outras questões.

1. Di Pietro, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 30. Ed. , atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2017.
2. SOUZA, Clayton Ribeiro. “Aplicabilidade do 1º do Art. 65 da Lei nº 8.666/93 aos Convênios da Administração Pública”. Revista da AGU. Vol. 12. Brasília: Advocacia-Geral da União, 2007, pp. 5-6.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 18/09/2019, às 15:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **SILVIA GONÇALVES DE MACEDO, Assessor Jurídico**, em 18/09/2019, às 15:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0001639-30.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SGP

ASSUNTO: Acordo de Cooperação Técnica – ACT entre este Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e o Ministério da Economia (ME) no Estado de Rondônia e Advocacia Geral da União (AGU) – Biometria 2019.

DESPACHO Nº 4721 / 2019 - PRES/DG/GABDG

Trata-se da formalização de parcerias, por meio de Acordo de Cooperação Técnica - ACT, entre este Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia/TRE/RO e o Ministério da Economia (ME) no Estado de Rondônia e Advocacia Geral da União (AGU) para fins realizar revisão do eleitorado com coleta de dados biométricos no Estado de Rondônia, conforme consta no Provimento n. 03/2019/CGE ([0401447](#)).

Consta nos autos Ofícios da SJE endereçados à Procuradoria da União no Estado de Rondônia - PU/RO e para o Ministério da Economia (ME) no Estado de Rondônia solicitando a liberação das servidoras Anaciza Alves Felix Fernandes e Francisca Lopes da Silva para compor a força de trabalho da Justiça Eleitoral (Biometria) no período de 11.07.2019 a 30.09.2019.

Em colaboração às atividades a serem exercidas por esta Justiça Especializada, as autoridades representes dos órgãos consultados, deferiram a liberação e disponibilizaram as servidoras para prestarem serviço eleitoral no período acima informado ([0434176](#), [0434188](#) e [0434218](#)).

As minutas finais do acordo de cooperação para efetivação dos trabalhos da servidoras Anaciza Alves Felix Fernandes da AGU e Francisca Lopes da Silva do Ministério da Economia foram juntadas aos eventos [0449126](#) e [0449364](#).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Submetidas à Assessoria Jurídica da Diretoria Geral nos termos do Parágrafo Único do art. 38 da Lei n. 8.666/93, houve aprovação dos termos e condições das minutas do ACT, sendo consideradas aptas a normatizar os ajustes propostos ([0457007](#)).

A SAOFC encaminhou o feito a esta Diretoria-Geral para adoção das providências necessárias à formalização do termo de cooperação com vistas a parcerias buscadas com os órgãos em questão.

Inicialmente, cabe registrar que, em razão da urgência da demanda iniciou-se a execução do referido convênio antes de sua formalização, levando em consideração a conveniência e oportunidade, pois não havia tempo hábil entre o início da revisão biométrica marcada previamente e os procedimentos administrativos necessários para a instrumentalização desta cooperação mútua já definida.

Desse modo, com o auxílio do Coordenador de Pessoal solicitou-se, num primeiro momento, por ofício, a liberação das servidoras afim de colaborarem com as atividades eleitorais em face do calendário das atividades a serem seguidas ([0433108](#) e [0433128](#)) passando, este Regional, posteriormente, a proceder todos os trâmites oficiais para formalização/efetivação do Acordo de Cooperação Técnica.

Da tramitação dos presentes autos, extrai-se que a SECONT elaborou as minutas dos Acordos de Cooperação Técnica ([0449126](#) e [0449364](#)) e, conforme relatado, encaminhou para a Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral para análise ([0449390](#)), a qual, por meio do Parecer n. [0457007](#), aprovou os termos e condições contidas nas referidas minutas, por concluir que os referidos instrumentos encontram-se aptos a normatizar os ajustes propostos.

Destarte, denota-se que as parcerias buscadas por meio dos Acordos de Cooperação que se pretende firmar com a Procuradoria da União no Estado de Rondônia e Ministério da Economia no Estado de Rondônia encontram-se em conformidade com a Lei n. 7.444/85 e com a Resolução TSE n. 23.440/2015, como também com os parâmetros normativos da Lei n. 8.666/93.

Verifica-se, por fim, que os partícipes dos ajustes encontram-se no exercício legítimo de suas autonomias administrativas, que no caso estão claramente dirigidas para a realização de seus desideratos legais.

Pelo exposto, com base no art. 1º, inciso II, da Portaria TRE-RO nº 66/2018, esta Diretoria-Geral **AUTORIZA a celebração do Acordo de Cooperação Técnica entre este Tribunal eo Ministério da**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Economia (ME) no Estado de Rondônia e Advocacia Geral da União (AGU), **cujas minutas foram devidamente aprovadas pela AJDG**, objetivando a comunhão de esforços para realizar revisão do eleitorado com coleta de dados biométricos no Estado de Rondônia, conforme consta no Provimento n. 03/2019/CGE.

À SAOFC para a adoção das providências necessárias para a formalização do referido ajuste.

Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, Diretora Geral, em 26/09/2019, às 12:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 26/2019

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 26/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO (SEI) [0001639-30.2019.6.22.8000](#)

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A PROCURADORIA DA UNIÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA - PU/RO - AGU, OBJETIVANDO A COMUNHÃO DE ESFORÇOS PARA A REALIZAÇÃO DA REVISÃO DO ELEITORADO NOS MUNICÍPIOS NO INTERIOR DO ESTADO DE RONDÔNIA.

A UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO**, inscrito no CNPJ n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União, CEP: 76.805-901, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade nº 294893, expedida pela SSP/RO e CPF nº 475.106.849-00, e a **PROCURADORIA DA UNIÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA - PU/RO**, inscrita no CNPJ n. 26.994.558/0020-96, com sede na Av. Nações



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Unidas, 271 - Km 1, Porto Velho - RO, 76.804-099, em Porto Velho/RO, Telefone(s): (69) 3218-4525/3218-4500 e e-mail(s): pedrosampaio@agu.gov.br, neste ato representada pelo Procurador-Chefe, **Dr. PEDRO SAMPAIO CARVALHO**, portador da Carteira de Identidade n. 988151-SSP/RO e inscrito no CPF n. 960.474.962-53, resolvem celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, consoante Despacho n. 4721/2019/GABDG, de 26/09/2019, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto a comunhão de esforços para a realização de revisão com coleta de dados biométricos do eleitorado nos municípios do interior do Estado de Rondônia (Alta Floresta do Oeste, Alvorada do Oeste, Costa Marques, Governador Jorge Teixeira, Jaru, Mirante da Serra, Nova Brasilândia do Oeste, Nova União, Ouro Preto do Oeste, São Francisco do Guaporé, São Miguel do Guaporé, Seringueiras, Teixeirópolis, Theobroma, Urupá e Vale do Paraíso), em especial mediante a disponibilização, pela Procuradoria da União no Estado de Rondônia, da servidora indicada neste instrumento e, também, mediante a assunção de responsabilidades próprias de cada parte integrante do presente acordo, a serem definidas nas respectivas obrigações descritas a seguir.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO TRE-RO

São obrigações do TRE-RO:

1. Disponibilizar servidores capacitados para a realização dos trabalhos de Revisão do Eleitorado;
2. Disponibilizar material de divulgação da revisão eleitoral, a exemplo de cartazes, “spots” panfletos, entre outros, bem assim de toda comunicação social relacionada ao cadastramento biométrico;
3. Colocar à disposição da Central de Atendimento, serviços, materiais, inclusive de informática, ações e iniciativas que venham contribuir para a melhoria do atendimento ao eleitor;
4. Disponibilizar e manter em perfeitas condições de funcionamento os Kit's Biométricos e todos os equipamentos e sistemas de informação necessários à adequada prestação dos serviços específicos de sua responsabilidade;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5. Disponibilizar identificação aos servidores envolvidos no trabalho objeto deste Acordo de Cooperação;
6. Acompanhar e controlar as ações para que os serviços sejam executados com eficiência, eficácia e efetividade.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES
DA PROCURADORIA DA UNIÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA -
PU/RO**

São obrigações da PROCURADORIA DA UNIÃO referida:

1. Disponibilizar, no período de **11/07/2019 a 30/09/2019**, a servidora **ANACIZA ALVES FELIX FERNANDES**, matrícula **7695612**, RG **49.371 - SSP/RO**, CPF: **040.389.752-15**, para auxiliar nos serviços inerentes à revisão biométrica como os de orientação ao eleitor, organização de filas, triagem de eleitores, coletas de dados biométricos entre outros serviços de natureza administrativa;
2. Responsabilizar-se de modo exclusivo pelos encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais incidentes, em suma com todas as despesas diretas e indiretas com a servidora disponibilizada para a consecução do objeto deste instrumento;
3. Informar à servidora disponibilizada o dever de cumprir as normas e regulamentos internos da Justiça Eleitoral de Rondônia;
4. Informar à servidora disponibilizada o dever de manter sigilo sobre as informações de que tiverem conhecimento em razão dos trabalhos a serem desenvolvidos, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa.

Subcláusula Primeira – A União, por meio do TRE-RO, está isenta de responsabilidade por qualquer dano que os servidores disponibilizados eventualmente venham causar a terceiros.

Subcláusula Segunda – Em hipótese alguma o TRE-RO terá qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária para com a Procuradoria da União no Estado de Rondônia, em relação a qualquer ação ou omissão praticada por esta última, ou por seus servidores, direta ou indiretamente relacionada a este instrumento celebrado que afete os beneficiários ou quaisquer terceiros.

Subcláusula Terceira - É expressamente vedada a menção de nomes de pessoas ou agentes públicos específicos, em decorrência do princípio da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

impessoalidade, sendo possível dar publicidade deste Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a Procuradoria da União no Estado de Rondônia e o TRE-RO, sem favorecimento de qualquer servidor ou autoridade.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Acordo de Cooperação terá vigência pelo período compreendido entre 10/07/2019 a 30/09/2019, podendo ser prorrogado se houver interesse de ambas as partes, mediante Termo Aditivo, na forma da Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

O presente acordo não implica obrigações de natureza financeira para qualquer dos partícipes, que se comprometem a arcar, respectivamente, com eventuais custos que advierem de sua execução, dentro de sua respectiva competência.

CLÁUSULA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES

Mediante termo aditivo, as partes, de comum acordo, poderão promover alterações ao presente Instrumento, desde que não importem em descaracterização do seu objeto.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ADESÃO

Este Acordo de Cooperação Técnica poderá ter adesão de outros entes ou órgãos da Administração Pública, direta e indireta, com o apoio institucional e disponibilização de servidores na forma e nas condições nele estabelecidas, mediante assinatura de Termo de Adesão.

CLÁUSULA OITAVA - DA DENÚNCIA E RESCISÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

O presente Acordo de Cooperação poderá ser denunciado por iniciativa de qualquer dos partícipes, mediante comunicação escrita, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou rescindido por descumprimento de qualquer de suas cláusulas, assumindo cada partícipe os respectivos ônus decorrentes das obrigações assumidas.

CLÁUSULA NONA - DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

No TRE-RO, a gestão e a fiscalização do presente Acordo de Cooperação Técnica ficarão sob a responsabilidade do titular da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) do TRE-RO, ou ao seu respectivo substituto, nas ausências legais do mencionado titular.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente instrumento tem como fundamentação, no que for compatível, o contido no art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e a legislação que rege a matéria, em especial as Leis nºs 7.444, de 20 de dezembro de 1985 e 9.454, de 7 de abril de 1997, bem como as Resoluções TSE nº 21.538/2003, 23.440/2015 e 23.520/2017 e o Provimento n. 21/2012-CGE/TSE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

O TRE-RO providenciará a publicação resumida do presente instrumento e, se for o caso, de seus aditamentos, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia - DJE, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste contrato ou a ele



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem em concordância, lavrou-se o presente instrumento, que, após lido e achado conforme pelas partes, foi assinado por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI.

Porto Velho-RO, 26 de setembro de 2019.

<p>LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA</p>	<p>PEDRO SAMPAIO CARVALHO Pela PROCURADORIA DA UNIÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA - PU/RO</p>
---	---

Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, **Diretora Geral**, em 26/09/2019, às 15:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **PEDRO SAMPAIO CARVALHO**, **Usuário Externo**, em 26/09/2019, às 16:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

DJE - Diário da Justiça Eletrônico nº 20190183

Disponibilização: 27/09/2019

Publicação: 30/09/2019

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Espécie: Acordo de Cooperação Técnica nº. 26/2019/TRE-RO, assinado em 26/09/2019, firmado entre o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO, CNPJ: 04.565.735/0001-13 e a PROCURADORIA DA UNIÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA - PU/RO, CNPJ: 26.994.558/0020-96; Objeto: Realização de revisão com coleta de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

dados biométricos do eleitorado nos municípios do interior do Estado de Rondônia (Alta Floresta do Oeste, Alvorada do Oeste, Costa Marques, Governador Jorge Teixeira, Jaru, Mirante da Serra, Nova Brasilândia do Oeste, Nova União, Ouro Preto do Oeste, São Francisco do Guaporé, São Miguel do Guaporé, Seringueiras, Teixeirópolis, Theobroma, Urupá e Vale do Paraíso), em especial mediante a disponibilização, pela Procuradoria da União no Estado de Rondônia, da servidora indicada neste instrumento e, também, mediante a assunção de responsabilidades próprias de cada parte integrante do presente acordo. Fundamentação Legal: Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e a legislação que rege a matéria, em especial as Leis nºs 7.444, de 20 de dezembro de 1985 e 9.454, de 7 de abril de 1997, bem como as Resoluções TSE nº 21.538/2003, 23.440/2015 e 23.520/2017 e o Provimento n. 21/2012-CGE/TSE. Vigência: Período compreendido entre 10/07/2019 a 30/09/2019, podendo ser prorrogado se houver interesse de ambas as partes, mediante Termo Aditivo, na forma da Lei n. 8.666/1993. Signatários: Senhora LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO e o Excelentíssimo Senhor PEDRO SAMPAIO CARVALHO, Procurador-Chefe PU/RO. Processo SEI n. 0001639-30.2019.6.22.8000.

Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA**, Técnico Judiciário, em 27/09/2019, às 09:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.